

Intensificação da pecuária para uma Amazônia sustentável

Sergio Raposo de Medeiros*
Fernando Rodrigues Teixeira Dias**
Guilherme Cunha Malafaia***
pesquisadores CiCarne



Ano 2/2021

1

Embrapa

Empresa pública brasileira que busca viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Centro de Inteligência da Carne Bovina

O CiCarne trabalha com dois objetivos primordiais.

Promover a antenagem, captura e análise de sinais e tendências de desdobramentos tecnológicos e do mercado de inovações relevantes à tomada de decisão dos stakeholders envolvidos na cadeia produtiva da carne bovina brasileira.

Produzir, sistematizar e dispor informações e dados de maneira organizada visando a melhor coordenação da cadeia produtiva da carne bovina brasileira promovendo ganhos competitivos para seus stakeholders.

Boletim 41 - Análise da equipe de especialistas

Os pecuaristas cujas propriedades se encontram na Amazônia legal^[1] olham com desconfiança para as preocupações ambientais dos países ricos do hemisfério norte para com o bioma Amazônia, denunciando que a verdadeira intenção é criar dificuldades para um concorrente. Por sua vez, esses países olham em direção ao sul e, percebendo a aceleração do desmatamento, evocam um legítimo interesse da humanidade em exercer pressão e freá-lo.

Nessa queda de braços, todos os envolvidos têm perdido. Especialmente porque já temos informações suficientes de que não precisamos desmatar áreas para aumentar a produção de alimento e renda na região. Ao mesmo tempo, iniciativas importantes permitem vislumbrarmos soluções que agradem tanto às populações da Amazônia, como aos estrangeiros que queiram, realmente, contribuir para que esse bioma mantenha suas funções ecossistêmicas em benefício de todos.

Os dados e ideias aqui apresentados encontram-se em duas publicações das quais recomendamos a leitura e cujas referências se encontram no final do texto. O primeiro, de Santos *et al.* (2020), sobre o futuro das pastagens no Brasil e o segundo, de Silva *et al.* (2020), com o sugestivo título "Fogo, desmatamento e pecuária: quando a fumaça dissipa".

Desacoplamento pecuária e desmatamento

Dados mostram que entre os anos de 1990 e os primeiros anos do século XXI, houve acelerado crescimento do rebanho bovino na Amazônia Legal – o número mais do que dobrou. O desmatamento aumentou até 2004, atingindo o pico de 27,7 mil km². Deste ano até 2012, contudo, apesar de um aumento médio do rebanho de 1 milhão de cabeças por ano, o desmatamento caiu até o mínimo de 4,6 mil km² no ciclo 2011/12, de agosto a julho (Figura 1). Isso foi possível com o aumento no potencial de produção de forragem, maior capacidade de suporte dos pastos e um melhor desempenho dos animais. Ou seja, há um desacoplamento entre pecuária e desmatamento.

[1] Inclui os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, Mato Grosso e parte significativa do Maranhão.

* Embrapa Pantanal; ** Embrapa Gado de Corte; *** Embrapa Pecuária Sudeste.

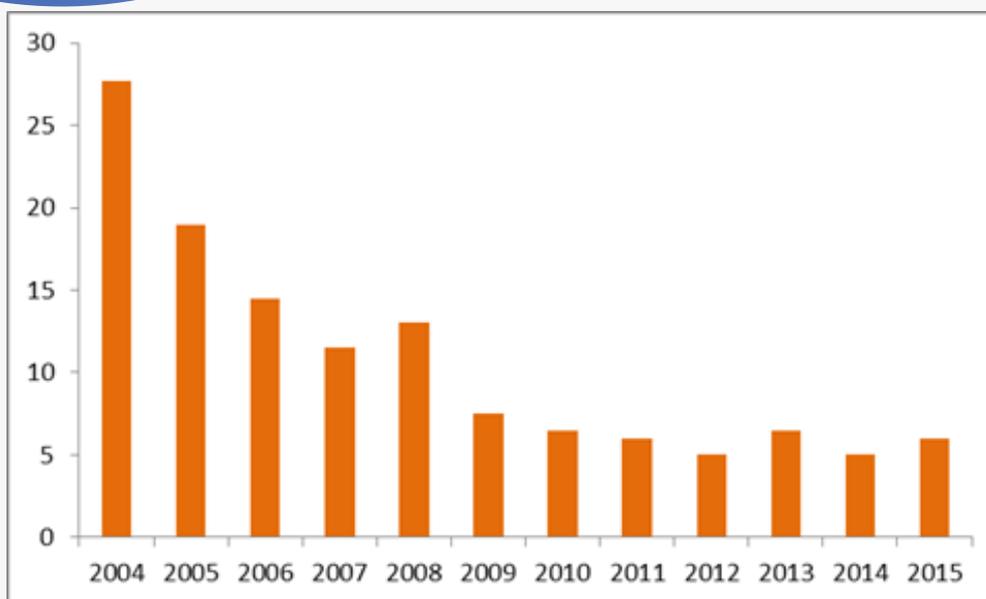


Figura 1. Área de desmatamento anual na Amazônia entre 2004 e 2015. (Fonte: INPE)

A principal razão para a diminuição do desmatamento foi o aumento da sua prevenção e controle. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDA) teve três eixos de ação: (1) Ordenamento fundiário e territorial; (2) Monitoramento e controle ambiental; e (3) Fomento às atividades produtivas sustentáveis. Foram usados recursos abrangentes, desde imagens de satélite, operações de repressão ao desmatamento, restrições ao crédito, etc. Somaram-se ações de mercado, como a moratória da soja e da carne bovina, em que as principais empresas compradoras se comprometeram a evitar compras dessas commodities de fornecedores ligados ao desmatamento.

Outra explicação para a redução do desmatamento seria que, simplesmente, fazendas com produção extensiva são menos lucrativas do que as mais tecnificadas, que precisam de menor área para a mesma produção.

Demanda por carne e desmatamento

Silva *et al.* (2020) mostraram que, ao contrário da crença geral, o aumento de exportação se deu com redução de área de pastagem. De 2012 a 2014, a redução na área de pastagem foi de 1 milhão de hectares e, entre 2015-2017, 440 mil hectares, mesmo com exportação anual de cerca de 1,5 milhões de toneladas de peso equivalente em carcaça em cada um desses períodos. Assim, não necessariamente o aumento da demanda de carne pelo mercado exterior precisa ser causa de desmatamento.

Desmatamento e especulação imobiliária

Silva *et al.* (2020) destacam que a verdadeira motivação para o desmatamento seria a especulação imobiliária, gerando altos níveis de abandono de terras após o desmatamento. O pecuarista e presidente da Associação dos Criadores do Pará, Maurício Fraga Filho, em uma live^[2], em 2019, explicou que um hectare de floresta em São Félix do Xingu pode ser comprado por R\$ 300,00 e formado com pastagem com outros R\$ 1,2 mil/ha, tendo um custo total de R\$ 1,5 mil/ha. Depois de aberta, essa área seria vendida por R\$ 6 mil/ha. A proibição da pecuária, provavelmente, não deve impedir que a nova área seja ocupada por outra atividade agrícola para manter os ganhos com a valorização da terra.

[2] <https://www.youtube.com/watch?v=yUhUORm15eY> aos 11min e 35s, Maurício Fraga Filho - Pecuarista e presidente da Associação dos Criadores do Pará.

Políticas de desincentivo à pecuária e ambiente

Por fim, a redução da demanda pode não produzir o resultado esperado, em função de implicar em redução nos investimentos produtivos. Como muito bem colocado por Silva et al. (2020): "Boicotes bem intencionados à carne debilitam potencialmente o incentivo a investir em recuperação de pastagens e podem levar a um contraditório uso extensivo da terra e ao aumento de emissões de gases de efeito estufa (GEE)."

Reconhecimento dos serviços ecossistêmicos e pagamento por serviços ambientais

Os 270 milhões de hectares de vegetação nativa preservados em propriedades rurais renderiam ao Brasil R\$ 6 trilhões ao ano em serviços ecossistêmicos, como polinização, controle de pragas, segurança hídrica, produção de chuvas e qualidade do solo, conforme trabalho de Metzger et al. (2019). O reconhecimento e monetização destes valores podem se tornar realidade com o pagamento por serviços ambientais. Foi recentemente aprovada pela Câmara a Lei 14.119/21, que regulamenta o pagamento por serviços ambientais. Agora é preciso que, após a Câmara rever os vetos com os quais ela foi sancionada, essa lei seja colocada em prática. Está previsto que o pagamento pelos serviços ambientais poderá ser de várias formas: direto (monetário ou não); prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas; compensação vinculada a certificado de redução de emissões por desmatamento e degradação; comodato; títulos verdes (green bonds) e Cota de Reserva Ambiental instituída pelo Código Florestal.

Créditos ambientais

O mercado financeiro efetivamente incorporou a exigência da sustentabilidade na concessão de créditos e negociação de títulos. Na verdade, além de sustentabilidade, elas cobram também aspectos sociais e de governança, fechando o conceito de ASG (ou ESG das iniciais em inglês para ambiente, social e governança, respectivamente).

Mais especificamente, há os títulos verdes (green bonds), tipo de investimento financeiro especificamente destinado a arrecadar dinheiro para projetos climáticos e ambientais. Há o Sustainability Linked Bonds (SLB), uma modalidade que traz vantagens econômicas, pois captam a um custo menor. Isso ocorre porque, ao mesmo tempo que há um compromisso com um único projeto, exige-se da empresa compromissos alinhados com os princípios ASG.

Outra fonte de crédito ambiental que parece também estar deixando de ser uma eterna promessa são os créditos de carbono, com um grande negócio envolvendo a Microsoft e uma grande fazenda de gado na Austrália.

Grandes frigoríficos se adequam às exigências dos mercados

Em 2020, dois grandes frigoríficos brasileiros, Marfrig e JBS, anunciaram projetos de rastreamento dos animais abatidos em suas plantas na Amazônia, que incluiria os fornecedores indiretos com uso intensivo de tecnologia da informação. Em março de 2021, o JBS, em anúncios de página inteira de jornais, apresentou compromisso de zerar suas emissões líquidas até 2040. Na notícia, prevê-se investimentos de US\$ 100 milhões até 2030 em pesquisa e desenvolvimento para soluções de redução líquida de emissões de GEE nas fazendas de fornecedores.

Financiar a pecuária sustentável para preservar a Amazônia

Em função de todo o exposto, parece ser possível conciliar as melhores intenções ambientais dos países desenvolvidos com o necessário desenvolvimento econômico da Amazônia, tendo a pecuária sustentável como uma das opções. Não será fácil, contudo, alterar décadas de análises simplistas e a visão dogmática de que a pecuária é uma vilã incorrigível para o ambiente. Temos os fatos e as ferramentas para juntar as pontas: produtores precisando intensificar seus negócios e investidores precisando de mais opções de investimento. Logrando êxito, ainda teremos mais oferta de proteína animal de excelente qualidade, para um mundo com grande demanda por ela.

Referências

DE OLIVEIRA SILVA, R., BARIONI, L.G., MORAN, D. Fire, deforestation, and livestock: When the smoke clears. Land Use Policy 100 (2021). <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104949>.

METZGER, J.P.B, BUSTAMENTE, M.M.C., FERRERIA, J., FERNANDES, G.W., LIBRAN-EMBID, F., PILAR, V.D., PRIST, P.R., RODRIGUES, R.B., VIERA, I.C.G., OVERBECK, G.E. Why Brazil needs its Legal Reserves. Perspectives in Ecology and Conservation, Vol. 17, N. 3, 2019, Pages 91-103. <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2019.07.002>.

SANTOS, P.M., MEDEIROS, S.R., CARNEIRO, B., PEDREIRA, E., PELLEGRINO, G.Q., BARIONI, L.G. Qual é o futuro das pastagens no Brasil? 2020. Agroanalysis. Fundação Getúlio Vargas, Vol. 40, no. 6.

Cadastre-se no site do CiCarne (<http://www.cicarne.com.br/cadastro/>) para receber semanalmente o boletim.

Siga-nos no Instagram @cicarne_embrapa (https://www.instagram.com/cicarne_embrapa/?igshid=opurn28vx7u) e no Telegram (<https://t.me/cicarne>).

Contribuições e sugestões: cnpgc.cicarne@embrapa.br.

Mais informações sobre a cadeia produtiva da carne bovina: [/cicarne.com.br](http://cicarne.com.br).

Este boletim é uma iniciativa do Centro de Inteligência da Carne Bovina (CiCARNE), no qual são disponibilizados dados e informações relevantes para a cadeia produtiva da carne bovina brasileira. Serão abordados diversos pontos relacionados aos elos da cadeia produtiva e neste período será dada atenção especial aos impactos do novo coronavírus.